

Autoridade e poder na avaliação

Renato Janine Ribeiro

Diretor de Avaliação da Capes

Rousseau, numa página célebre do *Contrato Social* (1762), ataca o “suposto direito do mais forte”. O que é um direito, pergunta ele, que muda quando muda o detentor da força? A palavra *direito* nada acrescenta, então. O *Contrato Social* é uma obra sobre o poder; onde Rousseau diz “direito”, poderia dizer “poder”. Ou seja, poder não é força.

Exerce-se a força quando alguém é forçado a fazer alguma coisa. Há poder quando alguém é obrigado a fazer algo. Ser forçado implica o uso da força, geralmente bruta. Estar obrigado significa que a pessoa tem um dever, uma obrigação, mas que são de ordem moral, legal – mas que ela não está “forçada” a fazer. Em outras palavras, somente somos obrigados a fazer aquilo que não somos forçados a fazer. Se eu sou forçado, não tenho alternativa. “People always do what they *must* do, because they have no other alternative”: é uma necessidade física. Não é o mesmo que “ought to” ou “should”, que enunciam obrigações que, portanto, podem ou não ser acatadas, que apelam à liberdade do sujeito. O poder só existe quando há um consentimento que, de algum modo, as pessoas lhe conferem. A força, não.

Nosso poder hoje é democrático. Mesmo assim, é poder – como dizia um político mineiro, poder é poder de prender e soltar, nomear e demitir. O poder tem a ver com a assinatura. Alguém manda. Os outros escolhem obedecer ou não, mas sofrem sanções em caso de desobediência. No mundo atual, embora democrático, o poder se efetua de modo muito forte. Tem efeitos econômicos significativos.

Autoridade

Mas existe algo que se chama *autoridade* e que com frequência é confundido com poder. Porém, não é a mesma coisa. A autoridade é geralmente moral, religiosa, está ligada a alguma característica da pessoa que lhe confere respeito. Não está no cargo que ela ocupa, exceto quando este decorre exatamente de uma qualidade realçada: o Dalai Lama, os Prêmios Nobel, os membros de academias prestigiadas, por exemplo.

Tudo isso para distinguir o que é poder acadêmico e o que é autoridade acadêmica. O poder na universidade é disputado às vezes até com aspereza, mas o curioso, e que muitos perdem de vista, é que ele é com frequência uma caixa vazia. Sem dúvida, um reitor pode nomear, dar recursos, favorecer, prejudicar. Porém, se ele não tiver respeito acadêmico, se não for prestigiado pelo que faz, corre o risco de não obter apoio junto à comunidade científica e de deixar sua instituição enfraquecida. Esse respeito, que se adquire pela qualidade dele como pesquisador – ou por outras qualidades, como foi no passado o heroísmo ante a ditadura – é o que se chama autoridade.

A autoridade acadêmica assim é curiosa: não se atribui por herança, por dinheiro – nem por eleição. O poder pode ser conferido por qualquer uma dessas formas, a autoridade não. Ela é muito mais difusa. Perde-se ou ganha-se por algo que é reconhecido como positivo. Não é o mesmo que a fama, que pode se basear em qualidades mais externas à pessoa. Um “célebre e famoso” pode sê-lo porque aparece na televisão, em revistas etc.; a autoridade não é a mesma coisa. Um exemplo interessante é que, mesmo quando Xuxa vendia toda sorte de produto com sua grife, foi um fracasso de vendas o seu *Dicionário da Xuxa*, porque os pais acreditaram que as palavras estariam grafadas com erros... Ou seja, mesmo no público mais afeito ao mundo do espetáculo, quando se entra no conhecimento o que se espera é autoridade, não a mera fama.

A avaliação

O que legitima qualquer avaliação de mérito é a qualidade. Ela se espalha por vários campos. Depende da qualidade científica do pesquisador que avalia. Depende de ele ter mostrado que não é movido por interesses menores ou defesa de grupos. Há assim um forte elemento ligado à qualidade das pessoas. O que cabe a um órgão do Estado que avalia cursos, como a CAPES, é organizar bem essas pessoas, de modo que – mesmo dependendo da reputação científica e moral delas – a avaliação tenha um ritmo institucional adequado.

Como fazer isso? São dois passos. O primeiro, como tenho insistido, é que a avaliação é um exemplo de quase-autogestão, porque os avaliadores acabam saindo, por um processo misto de indicação interna e externa, da própria comunidade. Não será respeitada uma avaliação imposta politicamente. O segundo é como organizar isso do ponto de vista da instituição, para que tenha permanência e para que dependa o mínimo possível das idiosincrasias individuais.

Este segundo ponto temos conseguido com forte uso da informática, da estatística, da transparência. Falamos em artigos passados de tudo o que está sendo disponibilizado aos representantes e comissões de área – e que será, depois, repassado ao público. Nunca terá havido tanta transparência no sistema, conquistada ao longo dos tempos, com o devido crédito a nossos predecessores. Mas o que é muito positivo é que, assim, o sistema se expõe a críticas. Não temos medo delas. O que desejamos é substituir os incômodos pelas críticas. Há pessoas que se sentem incomodadas pela avaliação. Agora, elas terão mais elementos para avaliar a própria avaliação, isto é, para perceberem os pontos em que falharam e podem melhorar – ou os pontos a contestar.

Em outras palavras, a autoridade só pode se adquirir e manter quando se dão, aos avaliados, meios para contestar os fundamentos da própria avaliação. Nas próximas semanas, os programas receberão as fichas de sua avaliação, mas estas ainda não serão públicas, porque poderão pedir reconsideração. Uma vez julgada esta última, as fichas serão abertas a todos. Planilhas e outros documentos serão oferecidos. A consulta às páginas web dos programas e ao banco de teses permite também julgar quem julgou. É claro que onde tiver havido erros eles serão cobrados. Justamente por isso, podemos orgulhar-nos de nossos acertos: porque exporemos o que possa estar errado. Não há

melhor modo de aumentar a chance de acerto do que esse, mostrar que pode haver erros.